



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

Opcao de Cargo B02, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Maioridade penal

Foi brutal o assassinato do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo. Nada justifica um crime dessa natureza. O país está chocado. A participação de um menor no delito torna o caso ainda mais dramático. A pergunta está nas ruas: não seria o caso de reduzir a maioridade penal?

De acordo com pesquisa realizada, antes do crime, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, 89% dos brasileiros são favoráveis à redução da idade-limite para 16 anos. É natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cerca, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema. O Estado, contudo, deve agir racionalmente. A redução da maioridade, em primeiro lugar, fere o princípio, consagrado no Direito brasileiro, de que o jovem é um ser em formação. O adolescente pode e deve ser punido pelo que faz de errado, mas a sanção precisa ter caráter predominantemente educativo. É absolutamente falso afirmar que a legislação não pune menores. A maior pena a que eles podem ser condenados é de três anos. É verdade que o caráter pedagógico da punição raramente se verifica. Não são tão diferentes as condições desumanas de nossos presídios e das unidades da Febem.

Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. Parte da criminalidade juvenil pode ser explicada pelo fato de organizações criminosas se utilizarem de menores (e sua suposta impunidade) para “puxar o gatilho” no lugar de adultos. Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. O que fazer então? Reduzir ainda mais a maioridade penal? Para 15, 14, 10 anos de idade?

Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá, além da necessária repressão policial, uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.

(Folha de S. Paulo, editorial, 13/11/2003)

1. O redator desse editorial julga que a maioridade penal
- (A) deve ser reduzida apenas para o caso específico de participação do jovem em delito brutal e injustificável, tal como o referido no primeiro parágrafo.
 - (B) não deve ser de modo algum reduzida, uma vez que os menores encarcerados deixam de receber orientação pedagógica, equiparando-se aos presos comuns.
 - (C) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, atentando-se para o caráter educativo das sanções, negligenciado na maioria dos casos.
 - (D) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, resguardando-se as ações pedagógicas que vêm caracterizando a aplicação das sanções.
 - (E) não deve ser de modo algum reduzida, pois haveria dificuldades na tramitação de uma lei que fere um princípio já consagrado no Direito brasileiro.

2. Considerando-se as controvérsias acerca da redução da maioridade penal, manifesta-se no texto, explícita ou implicitamente, uma relação antitética entre
- I. a opinião do editorialista e a opinião da maioria dos brasileiros.
 - II. a posição da Ordem dos Advogados do Brasil e a posição do Estado.
 - III. o modo de avaliação do cidadão comum e o modo que cabe ao Estado.
- Completa corretamente o enunciado APENAS o que está em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.

3. A precisa convicção de que *não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir* é defendida com o seguinte argumento:
- (A) o recrutamento de menores para a prática de crimes só será incrementado, a curto prazo, se ocorrerem medidas que visem à inclusão social.
 - (B) o recrutamento de menores, promovido pelos bandidos, passaria a ocorrer em faixas de idade ainda mais reduzida.
 - (C) as soluções drásticas, ditadas pelo clima de emoção, contrariam o princípio da racionalidade, que é básico no Direito.
 - (D) todas as crianças infratoras passariam a ser encarceradas na Febem, recebendo os mesmos tratamentos que sofrem os criminosos nos presídios.
 - (E) todas as crianças infratoras perderiam de vez o direito à assistência pedagógica, deixando de ser reconhecidas como seres em formação.

4. O segmento do texto em que o termo sublinhado está empregado de acordo com uma acepção indicada em dicionários é:
- (A) *acuado pela obscena violência* = que choca pela vulgaridade, pela crueldade.
 - (B) *torna o caso ainda mais dramático* = repleto de peripécias, de aventuras.
 - (C) *ferir o princípio* = tocar, tanger.
 - (D) *recrutar um contingente mais jovem* = fortuito, aleatório.
 - (E) *o caráter pedagógico da punição* = feitiço moral.

5. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem*, o segmento sublinhado ficará
- (A) os bandidos passarão a ter recrutado um contingente mais jovem.
 - (B) um contingente mais jovem será recrutado pelos bandidos.
 - (C) um contingente mais jovem passasse a ser recrutado pelos bandidos.
 - (D) um contingente mais jovem passe a ser recrutado pelos bandidos.
 - (E) os bandidos passem a ser recrutados por um contingente mais jovem.

6. É adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:
- (A) O adolescente poderia e devesse ser punido pelo que faria de errado, mas a sanção precisava ter caráter predominantemente educativo.
- (B) A pergunta estava nas ruas: não teria sido o caso de que venha a se reduzir a maioridade penal?
- (C) Mesmo porque não é reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes terá deixado de existir.
- (D) Seria natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cercar, concorde com tudo o que soasse como solução drástica para o problema.
- (E) Nada haveria de impedir que os bandidos passassem a recrutar um contingente mais jovem, o que, aliás, já vem ocorrendo em algumas situações.
-
7. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Deduz-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constituem um dever do Estado.
- (B) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que age com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constitui um dever do Estado.
- (C) Deduzem-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos é quem agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, devem constituir um dos deveres do Estado.
- (D) Deduz-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos age com racionalidade; cabe ao Estado cuidar da formação dos adolescentes, tratem-se de infratores ou não.
- (E) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; quanto ao Estado, estão entre os seus deveres a formação dos adolescentes, infratores ou não.
-
8. Está clara, coerente e correta a redação do seguinte período:
- (A) É função de um editorial representar a opinião do periódico, razão pela qual não costumam vir assinados, mesmo quando se aborde questões polêmicas como a tratada no texto.
- (B) É sabido que o recrutamento de jovens delinquentes oferece como causa a minoridade penal, que se determina por um tratamento mais brando, ao contrário do que seria dispensado a aqueles mesmos que os recrutaram.
- (C) A necessidade de se promoverem políticas públicas de inclusão social não pode ser esquecida, no momento em que se debatem as complexas questões atinentes à redução da maioridade penal.
- (D) Ainda que venham a ocorrer proximamente, a profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança, nada nos garante que seus efeitos se processariam a despeito de uma indezível morosidade.
- (E) Convocados para “puxar o gatilho”, os jovens são regimentados por bandidos que disso se aproveitam para auferir o benefício das sanções mais brandas, previstas para quem está abaixo da maioridade penal.
-
9. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.
- Mantém-se, com correção e clareza, o sentido da frase acima, em:
- (A) Não será encarcerando adolescentes e crianças que esse triste panorama poderá mudar; é preciso oferecer-lhes condições para escapar da criminalidade.
- (B) Oferecendo condições para escapar da criminalidade, e não encarcerando adolescentes e crianças, é que esse triste panorama poderá mudar.
- (C) Esse triste panorama não poderá mudar sem lhes oferecer condições para escapar da criminalidade, simplesmente encarcerando adolescentes e crianças.
- (D) Não será encarcerando adolescentes e crianças, sem que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade, que deixarão de mudar esse triste panorama.
- (E) Não encarcerar adolescentes e crianças, a menos que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade: eis o que é preciso para esse triste panorama mudar.
-
10. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:
- (A) Os delitos onde ocorre a participação de menores costumam causar maior escândalo diante da opinião pública.
- (B) A mais grave sanção à qual se pode estender a um menor é a de reclusão, cujo o período máximo é o de três anos.
- (C) A atividade criminosa, pela qual muitos menores são compelidos, é promovida por maiores de idade, com os quais a penalização é muito mais severa.
- (D) Se a repressão policial é uma medida da qual não se pode abrir mão, a inclusão social é um desafio para o qual não se pode fazer vista grossa.
- (E) A redução da maioridade penal, na qual há tantos defensores, pode ser uma medida inócua, pela qual muitos venham a se arrepender.
-
11. O elemento sublinhado tem, no contexto da frase em que se apresenta, o mesmo sentido da expressão entre parênteses, em:
- (A) Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. (**conquanto possa ser juvenil**)
- (B) Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. (**mesmo que assim seja**)
- (C) Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. (**não obstante isso**)
- (D) É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. (**impõe-se assim estar promovendo**)
- (E) Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. (**fato que, seja dito**)

<p>12. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas no contexto da frase:</p> <p>(A) Deteriam-se os jovens infratores no caso de que visse a ser reduzida a maioria penal, ou, pelo contrário, haveria-se de aumentar ainda mais esse tenebroso contingente?</p> <p>(B) Tudo o que advier das medidas que se impõem no âmbito da educação concorrerá para a inclusão social desses jovens, providência que não mais se pode procrastinar.</p> <p>(C) Inclue-se, entre as medidas a serem tomadas, a habilitação profissional dos jovens carentes, para que todos nos redimamos do abandono a que os vimos relegando.</p> <p>(D) Os delitos dos jovens não provêm do nada; enraízam-se no solo fértil da criminalidade, num país em que tantas vezes o delinqüente impune vira astro da mídia.</p> <p>(E) A menos que se refrêem as ações dos bandidos adultos, os jovens desamparados haverão de encontrar arrimo em quem os alicie para as práticas criminosas.</p>	<p>15. Ambos os verbos indicados entre parênteses adotarão obrigatoriamente uma forma do plural para preencherem, de modo correto, as lacunas da frase:</p> <p>(A) Não se (dever) esperar das autoridades policiais qualquer medida que combata na raiz as causas que qualquer um de nós (poder) atribuir às omissões da sociedade.</p> <p>(B) Para fatos brutais, como o assassinato do casal de namorados, não (concorrer) causa isolada, ou aleatória; o que os (motivar) é um conjunto de fatores sociais.</p> <p>(C) Quando a todos (convir) eliminar de vez a violência, a todos (sensibilizar) a adoção de reformas profundas na vida social.</p> <p>(D) Mesmo se (vir) a se reduzir pela metade, os índices de violência (haver) de refletir um quadro absolutamente escandaloso.</p> <p>(E) Parece que já não nos (impressionar), a nós todos, tal estatística de violências banalizadas; será preciso que nos (alcançar), a cada um de nós, a dor da tragédia?</p>
<p>13. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, está inteiramente correto o seguinte período:</p> <p>(A) Se à boa parte de nossa imprensa interessa a divulgação de crimes cometidos por jovens, somente a uma pequena parcela dos jornalistas interessa a discussão das questões que se ligam à essa faixa de delinqüência.</p> <p>(B) Não convém à parcela mais privilegiada da sociedade imaginar-se imune à toda e qualquer modalidade de tragédia; a violência a atingirá, a despeito das guaritas, dos portões eletrônicos, dos vigias a postos.</p> <p>(C) Todo jovem infrator, tenha ou não consciência disso, aspira à inclusão social, quer ascender a posições mais dignas, elevar-se a uma condição semelhante àquela em que vivem os jovens da classe média.</p> <p>(D) Muito se comenta, a boca pequena, a respeito da vantagem da pena de morte, extensiva a criminalidade juvenil, à despeito do que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, que convoca todos os setores sociais à tarefa da formação integral dos jovens.</p> <p>(E) Não se impute a polícia à situação de violência em que vivemos; se falta àquela participação maior no combate a criminalidade, falta à adolescência pobre qualquer sinalização de efetiva dedicação das autoridades à solução dos problemas.</p>	<p>16. NÃO é um tipo de <i>hardware</i> considerado como dispositivo multimídia:</p> <p>(A) placa de captura de vídeo.</p> <p>(B) placa de som.</p> <p>(C) caixas acústicas.</p> <p>(D) <i>scanner</i>.</p> <p>(E) microfone.</p>
<p>14. Considerando-se o contexto da frase dada, tem sentido causal o segmento sublinhado em:</p> <p>(A) É natural que o cidadão, <u>acuado pela obscena violência que o cerca</u>, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema.</p> <p>(B) A participação de um menor no delito <u>torna o caso ainda mais dramático</u>.</p> <p>(C) Que isso seja assim <u>não justifica o abandono do princípio</u>.</p> <p>(D) Nada impedirá <u>que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem</u>.</p> <p>(E) Mesmo porque não será reduzindo a maioria penal <u>que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir</u>.</p>	<p>17. Na troca de mensagens pela Internet, entre dois usuários de empresas diferentes, os servidores Web responsáveis pela comunicação estão localizados</p> <p>(A) nos computadores dos provedores de acesso.</p> <p>(B) nos computadores da Intranet de cada empresa.</p> <p>(C) nos computadores dos usuários envolvidos.</p> <p>(D) no computador do usuário remetente.</p> <p>(E) no computador do usuário destinatário.</p> <p>18. Para acessar mais rapidamente arquivos ou pastas pode-se utilizar, na área de trabalho do Windows, ícones de atalho identificados</p> <p>(A) com o formato de uma pasta aberta.</p> <p>(B) com o desenho de uma lupa sobre os ícones.</p> <p>(C) com uma seta no canto inferior esquerdo.</p> <p>(D) por uma figura única que representa atalho.</p> <p>(E) necessariamente com a palavra <i>atalho</i>.</p> <p>19. O comando "desfazer", utilizado pelos editores de texto, normalmente executa a operação de</p> <p>(A) apagar caracteres, por meio das teclas <i>delete</i> ou <i>backspace</i>.</p> <p>(B) apagar caracteres, somente por meio da tecla <i>delete</i>.</p> <p>(C) apagar caracteres, somente por meio da tecla <i>backspace</i>.</p> <p>(D) substituir a última ação realizada.</p> <p>(E) voltar às ações realizadas.</p> <p>20. Dadas as células de uma planilha eletrônica:</p> <p>A1 = 8, B1 = 32 e C1 = 4</p> <p>O valor resultante na célula D1, que contém a fórmula $A1+B1/C1^2$, será</p> <p>(A) 2,5</p> <p>(B) 10</p> <p>(C) 72</p> <p>(D) 100</p> <p>(E) 256</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O ato administrativo, tão logo perfeito, desencadeia a obrigatoriedade de respeito por todos. A isso a doutrina denomina de

- (A) auto-executoriedade, que pode ser utilizada a critério do administrador, sem necessidade de qualquer ato normativo ou reclamo administrativo.
- (B) exigibilidade, sendo que esse atributo está presente em todas as modalidades de ato.
- (C) poder extroverso, mas essa possibilidade não aparece nos atos ampliativos de direito e também nos atos certificatórios.
- (D) poder de polícia administrativa, abrangendo as polícias judiciária e legislativa, no sentido de limitar a ocorrência do abuso de direito.
- (E) presunção *juris tantum*, que não se inverte mesmo quando contestado em juízo ou fora dele, inclusive na esfera administrativa.

22. Em matéria de discricionariedade e vinculação, considere as assertivas:

- I. O ato discricionário pode existir diante de conceitos teóricos ou unissignificativos.
- II. O ato vinculado não pode ser praticado quando esteja o administrador diante de conceitos unissignificativos, de conceitos teóricos.
- III. A discricionariedade está alojada nos conceitos pragmáticos, conceitos empíricos e, portanto, que não prescindem de valoração.
- IV. Os conceitos teóricos, conceitos unissignificativos proporcionariam vinculação completa, enquanto os pragmáticos poderiam levar à discricionariedade.

Conclui-se serem corretas APENAS

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

23. No que se refere à invalidação do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que

- (A) o ato anulatório só atinge atos válidos, porque quando se trata de atos inválidos está presente outra categoria, ou seja, a revogação.
- (B) a invalidação deve ocorrer, em princípio, sempre que haja vício no ato administrativo.
- (C) há hipóteses em que situações passadas não podem ser reconstituídas por obstáculos de outras normas jurídicas, não alcançando efeitos já consumados.
- (D) havendo consolidação pelo decurso do tempo, de atos surgidos como viciados, fica a invalidação obstada.
- (E) embora existente ato inválido, se tal ato não tiver contaminado novas relações jurídicas surgidas, a invalidação não se deve proceder.

24. Cláudio, sendo servidor público ocupante de cargo de natureza especial, foi nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança. Nesse caso, deverá ser

- (A) com prejuízo das atribuições do cargo que está ocupando, devendo optar pela remuneração de um deles, que será acrescida de vinte e cinco por cento, durante o período de exercício interino.
- (B) com prejuízo das atribuições do cargo que está ocupando, sendo que, na hipótese, deverá manter a remuneração do cargo originário enquanto estiver no período de exercício interino.
- (C) sem prejuízo das atribuições do cargo que atualmente vem ocupando, sendo que, na hipótese, deverá receber a remuneração do cargo em confiança somente durante os seis primeiros meses de interinidade.
- (D) sem prejuízo das atribuições do cargo que atualmente ocupa, sendo que o servidor deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- (E) com as mesmas atribuições do cargo atual, cabendo à Administração escolher a remuneração do cargo de origem ou do novo cargo, em qualquer hipótese, acrescido de dez por cento enquanto durar a interinidade.

25. No que diz respeito aos direitos do servidor público federal, é certo que

- (A) a reposição ou indenização ao erário será feita em até três parcelas, quando constatado pagamento indevido no mês anterior ao processamento da folha.
- (B) o servidor em débito com o erário e que for demitido, exonerado, ou que tiver sua aposentadoria cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.
- (C) nenhum desconto, ainda que por ato normativo ou mandado judicial, poderá incidir sobre a remuneração ou provento, salvo se o servidor autorizar, por escrito ou verbalmente.
- (D) a não-quitação do débito do servidor no prazo previsto não implica sua inscrição na dívida ativa, mas resulta em responsabilidade administrativa com pena de suspensão.
- (E) os valores recebidos pelo servidor, em razão de decisão liminar, posteriormente cassada, deverão ser repostos no prazo de noventa dias, contados de data da referida cassação.

26. É correto afirmar que a responsabilidade penal do servidor público

- (A) abrange os crimes e as contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- (B) e a civil resultam sempre de ato comissivo praticado dentro ou fora do exercício do cargo ou função.
- (C) decorre de crimes, mas a administrativa não fica afastada, mesmo no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato.
- (D) e a civil só decorrem de ato omissivo ou comissivo dolosos, mas que resultem prejuízos ao erário.
- (E) atinge os crimes contra a Administração Pública imputados ao servidor em exercício, mas não as contravenções.

27. Eu e mais três pessoas fomos aprovados nos quatro primeiros lugares em concurso público para provimento de cargo inicial de carreira no serviço público. Tomamos conhecimento pelo Diário Oficial de que o quinto classificado foi nomeado hoje. Fomos avisados pela Administração que seremos nomeados nos próximos dias. Nesse caso, se não nos conformarmos com a situação, poderemos impetrar um

(A) mandado de segurança coletivo.
 (B) mandado de injunção.
 (C) *habeas corpus*.
 (D) mandado de segurança.
 (E) *habeas data*.

28. Descobriu-se hoje que Lamartine estava preso em cumprimento de pena criminal, cujo prazo já se expirara havia dez dias. Na mesma investigação, apurou-se que Braga tinha sido vítima de erro judiciário, visto que foi condenado por crime que não cometeu. Nesses casos,

(A) Lamartine tem direito à indenização pela incúria administrativa do Estado, mas Braga não, porque sua condenação tem trânsito em julgado.
 (B) ambos, tanto Lamartine como Braga, têm direito à indenização do Estado.
 (C) Braga tem direito à indenização do Estado, em virtude da culpa dos órgãos judiciários no erro, mas Lamartine não, porque o excesso de prazo até quinze dias é irrelevante.
 (D) nenhum dos dois tem direito à indenização do Estado, que se portou sempre nos estritos limites da legalidade.
 (E) cada um deles tem direito à indenização, se provar que o Estado, por seus agentes, agiu com dolo ou culpa.

29. Considere as afirmações relativas aos direitos sociais previstos pela Constituição Federal:

I. O décimo terceiro salário também é deferido aos servidores públicos, mas os trabalhadores domésticos não têm direito a ele.
 II. O piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho também é deferido aos trabalhadores domésticos, mas os servidores públicos não têm direito a ele.
 III. O repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, é deferido aos trabalhadores urbanos, rurais, domésticos e aos servidores públicos.
 IV. A licença-paternidade, nos termos fixados em lei, é deferida aos trabalhadores urbanos, rurais, domésticos e aos servidores públicos.

São corretos APENAS os itens

(A) I e II.
 (B) I e III.
 (C) II e III.
 (D) II e IV.
 (E) III e IV.

30. Quanto à competência legislativa da União, é INCORRETO afirmar:

(A) “No caso de coexistência de legislação concorrente, a federal exclui a estadual e a estadual exclui a municipal”.
 (B) “A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”.
 (C) “A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados”.
 (D) “Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades”.
 (E) “No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”.

31. Considere as seguintes afirmações relativas a analistas judiciários do Tribunal Regional do Trabalho:

I. Orestes foi eleito Deputado Estadual; por essa razão, investido do mandato, ficará afastado de seu cargo.
 II. Silvio foi investido no mandato de Prefeito de pequeno município; por essa razão, é facultado a ele optar por sua remuneração, mas só se afastará do cargo efetivo se não houver compatibilidade de horários.
 III. Evaldo e Jair estão afastados exercendo mandato eletivo; por essa razão, esse tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 IV. Alves foi investido no mandato de Vereador; por essa razão, em nenhuma hipótese será afastado do seu cargo.

São corretas APENAS

(A) I e II.
 (B) I e III.
 (C) II e III.
 (D) II e IV.
 (E) III e IV.

32. Paulo, servidor público estável, é ocupante de um cargo cuja desnecessidade acaba de ser declarada em reforma administrativa. Nesse caso, ele

(A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, até sua readaptação ou reintegração.
 (B) permanecerá em seu cargo, que só poderá ser extinto quando se vagar, por qualquer uma das modalidades previstas em lei.
 (C) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 (D) aposentar-se-á, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, salvo se manifestar interesse em ser readaptado em outro cargo.
 (E) optará entre permanecer em disponibilidade até sua reintegração e aposentar-se, em ambos os casos com remuneração proporcional ao tempo de contribuição.

<p>33. Sem discutir matéria constitucional, impetrei um mandado de segurança no Tribunal Superior do Trabalho e a decisão foi-me denegatória. Nesse caso,</p> <p>(A) não tenho nenhum recurso porque o único recurso cabível pressupõe decisão concedendo a segurança pedida.</p> <p>(B) não cabe nenhum recurso porque a decisão do Tribunal Superior do Trabalho é sempre definitiva.</p> <p>(C) cabe recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) cabe recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>36. A habitação, a alimentação, o transporte e o vestuário que o empregador fornece ao empregado em virtude do contrato de trabalho ou do costume constituem</p> <p>(A) gratificações ajustadas.</p> <p>(B) sobre-salários.</p> <p>(C) salários em espécie.</p> <p>(D) salário complessivo.</p> <p>(E) salário <i>in natura</i>.</p>
<p>34. Considera-se trabalho noturno aquele que é realizado entre</p> <p>(A) as 22:00 horas de um dia e as 05:00 horas do dia seguinte, computando-se a hora noturna como de 52 minutos e 30 segundos.</p> <p>(B) as 20:00 horas de um dia e as 07:00 horas do dia seguinte, com a remuneração da hora diurna com acréscimo de 20%.</p> <p>(C) o anoitecer de um dia e o amanhecer do dia seguinte, com a remuneração da hora diurna com acréscimo de 25%.</p> <p>(D) as 22:00 horas de um dia e as 05:00 horas do dia seguinte, computando-se a hora noturna como de 45 minutos.</p> <p>(E) as 21:00 horas de um dia e as 06:00 horas do dia seguinte, com intervalos obrigatórios de 15 minutos a cada 60 minutos trabalhados.</p>	<p>37. Considere:</p> <p>I. De acordo com o § 1º do artigo 10 do ADCT, até que a matéria venha a ser disciplinada por lei, o prazo da licença-paternidade é de 05 (cinco) dias.</p> <p>II. Em se tratando de licença-paternidade, prevalece o disposto no inciso III do artigo 473 da CLT, podendo o empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por um dia, no decorrer da primeira semana do nascimento do filho.</p> <p>III. A concessão da licença-paternidade prevista no inciso XIX do artigo 7º da Constituição Federal depende de previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho.</p> <p>IV. A concessão da licença-paternidade se destina a permitir que o pai efetue o registro do filho no prazo legal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III.</p>
<p>35. Considere:</p> <p>I. Justifica-se a determinação do prazo no contrato de trabalho quando a natureza do serviço tiver caráter transitório.</p> <p>II. É válido o contrato de trabalho por prazo determinado para atender a realização de certo acontecimento futuro, de previsão aproximada.</p> <p>III. O contrato de experiência somente pode ser celebrado para a execução de serviços especificados.</p> <p>IV. A validade do contrato por prazo determinado está condicionada à forma escrita.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) IV.</p>	<p>38. Na justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, por culpa do empregador, o empregado</p> <p>(A) terá direito a receber a metade da indenização que lhe seria devida pela dispensa imotivada.</p> <p>(B) deverá suspender de imediato, em qualquer hipótese, a prestação de serviços.</p> <p>(C) poderá optar por permanecer trabalhando ou não, até a decisão final do processo, desde que pré-avise o empregador.</p> <p>(D) poderá permanecer trabalhando até decisão final do processo.</p> <p>(E) não poderá, em hipótese alguma, suspender a prestação de serviços.</p> <p>39. Um empregado admitido em 16 de janeiro de 2003, foi dispensado imotivadamente em 12 de setembro do mesmo ano. Durante todo o contrato de trabalho recebeu pagamento semanal. Nessa hipótese, o aviso prévio</p> <p>(A) é de uma semana.</p> <p>(B) é de 8 dias.</p> <p>(C) é de 15 dias.</p> <p>(D) é de 30 dias.</p> <p>(E) não é devido.</p>

<p>40. Estão excluídos do regime do FGTS</p> <p>(A) os trabalhadores eventuais, os autônomos e os empregados domésticos.</p> <p>(B) os servidores públicos sujeitos a regime jurídico próprio e os diretores de empresas.</p> <p>(C) os trabalhadores eventuais, os autônomos e os servidores públicos sujeitos a regime jurídico próprio.</p> <p>(D) os trabalhadores eventuais, os autônomos e os diretores de empresas.</p> <p>(E) os empregados domésticos e os diretores de empresas.</p>	<p>45. Deixando o reclamante de comparecer à primeira audiência,</p> <p>(A) será aplicada pena de confissão.</p> <p>(B) a reclamação será arquivada.</p> <p>(C) será aplicada a pena de multa.</p> <p>(D) será designada nova data para a audiência.</p> <p>(E) ficará impedido de ajuizar nova reclamação trabalhista durante o prazo de um ano.</p>
<p>41. É condição para o exercício do direito de greve</p> <p>(A) a manutenção das atividades essenciais à população.</p> <p>(B) a autorização prévia do Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(C) a ausência de negociação coletiva.</p> <p>(D) a mora salarial, exclusivamente.</p> <p>(E) a realização na data-base da categoria.</p>	<p>46. A distribuição do ônus da prova no processo do trabalho</p> <p>(A) é disciplinada apenas pelo CPC.</p> <p>(B) incumbe ao reclamado a prova do fato constitutivo da ação.</p> <p>(C) é fixada pelo juízo.</p> <p>(D) incumbe sempre ao reclamado.</p> <p>(E) é disciplinada pela CLT e, subsidiariamente, pelo CPC.</p>
<p>42. Para o cumprimento do ato deprecado e para a avaliação, o executante de mandado terá o prazo de</p> <p>(A) 9 dias, para qualquer um destes atos.</p> <p>(B) 10 dias, para qualquer um destes atos.</p> <p>(C) 5 dias e 9 dias, respectivamente.</p> <p>(D) 9 dias e 10 dias, respectivamente.</p> <p>(E) 9 dias e 15 dias, respectivamente.</p>	<p>47. Se, na liquidação, as partes não chegam a um acordo referente ao valor da condenação e é determinada a perícia para que se apure, à vista dos elementos contidos nos autos, o valor exato das parcelas deferidas, a liquidação estará sendo procedida por</p> <p>(A) artigos.</p> <p>(B) cálculos.</p> <p>(C) arbitramento.</p> <p>(D) acordo.</p> <p>(E) transação.</p>
<p>43. Os atos processuais</p> <p>(A) necessitam, sempre, de autorização expressa do juiz.</p> <p>(B) realizam-se nos dias úteis, somente até as 18:00 horas.</p> <p>(C) quando praticados por quem não possa assinar, serão firmados por duas testemunhas.</p> <p>(D) relativos à penhora, poderão ser realizados em domingos e feriados.</p> <p>(E) serão públicos, salvo se houver interesse social que determine o contrário.</p>	<p>48. Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução de uma prestação</p> <p>(A) será feita ao vencimento de cada prestação.</p> <p>(B) compreenderá as prestações devidas até a data em que for proferida a sentença.</p> <p>(C) compreenderá as prestações que lhe sucederem.</p> <p>(D) compreenderá as prestações devidas até a data do início da execução.</p> <p>(E) compreenderá as prestações devidas até a data do ajuizamento da ação.</p>
<p>44. No processo sumaríssimo,</p> <p>(A) somente serão admitidas as provas que tiverem sido previamente requeridas.</p> <p>(B) os incidentes e exceções, ainda que possam interferir no andamento do processo, serão decididos na sentença.</p> <p>(C) as partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que for prolatada.</p> <p>(D) os órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional podem integrar o pólo passivo da ação.</p> <p>(E) não se admite a prova técnica.</p>	<p>49. O edital de praça deve ser publicado na sede do Juízo com antecedência de</p> <p>(A) 05 dias.</p> <p>(B) 08 dias.</p> <p>(C) 15 dias.</p> <p>(D) 20 dias.</p> <p>(E) 30 dias.</p>

<p>50. Com relação à extensão da impenhorabilidade do bem de família, é correto afirmar que essa impenhorabilidade compreende o imóvel residencial próprio do casal sobre o qual se assentam a construção, as plantações,</p> <p>(A) e apenas as benfeitorias necessárias e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, ainda que não quitados.</p> <p>(B) e apenas as benfeitorias úteis e os equipamentos de uso profissional, não incluindo-se outros bens móveis que guarnecem a casa.</p> <p>(C) e apenas as benfeitorias necessárias e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.</p> <p>(D) as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, ainda que não quitados.</p> <p>(E) as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.</p>	<p>54. Nos processos que correm em segredo de justiça, o direito de consultar os autos é</p> <p>(A) restrito às partes e a seus procuradores.</p> <p>(B) permitido ao terceiro que demonstrar interesse jurídico.</p> <p>(C) permitido a qualquer advogado.</p> <p>(D) permitido aos filhos das partes interessadas.</p> <p>(E) permitido a qualquer estagiário de direito.</p>
<p>51. No que diz respeito à atividade jurisdicional, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) não havendo norma legal, o juiz recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.</p> <p>(B) é defeso ao juiz, conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.</p> <p>(C) o juiz pode eximir de sentenciar ou despachar, alegando lacuna ou obscuridade da lei.</p> <p>(D) cabe ao juiz de ofício, ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo.</p> <p>(E) o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, mas deverá indicar nas sentenças os motivos que formaram o seu convencimento.</p>	<p>55. No que se refere à impenhorabilidade do bem de família, é certo que</p> <p>(A) o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável, excluídos os veículos de transporte, obras de arte e os adornos suntuosos.</p> <p>(B) no caso de imóvel locado, a impenhorabilidade não alcança os bens móveis que guarnecem a residência e sejam de propriedade do locatário.</p> <p>(C) para os efeitos da impenhorabilidade, no caso de duplo domicílio, considera-se residência todos os imóveis utilizados pela entidade familiar para residência.</p> <p>(D) quando a família residir em imóvel rural, a impenhorabilidade alcançará a totalidade da área do imóvel, independentemente da sua natureza ou extensão.</p> <p>(E) o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responde por dívidas civis, inclusive decorrentes de inadimplemento de pensão alimentícia.</p>
<p>52. Considere as afirmativas:</p> <p>I. O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.</p> <p>II. Feita a citação, o autor só pode modificar o pedido ou a causa de pedir com o consentimento do réu.</p> <p>III. A modificação do pedido ou da causa de pedir pode ser feita, com o consentimento do réu, até a sentença de primeira instância.</p> <p>IV. O falecimento da parte e de seu advogado acarreta a extinção do processo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>56. Maria está recrutando trabalhadores para exercer ofício na cidade do México em sua fábrica de calçados. Assim, anuncia em jornais e programas de rádio os benefícios que serão concedidos para aqueles interessados em trabalhar no Exterior. A conduta de Maria</p> <p>(A) é crime de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.</p> <p>(B) tipifica o crime de aliciamento para o fim de emigração.</p> <p>(C) não está tipificada no Código Penal brasileiro.</p> <p>(D) caracteriza o delito de atentado contra a liberdade de trabalho.</p> <p>(E) é delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.</p>
<p>53. Extingue-se o processo sem julgamento do mérito, dentre outras hipóteses, quando</p> <p>(A) o réu reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(B) o juiz rejeitar o pedido do autor.</p> <p>(C) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.</p> <p>(D) as partes transigirem.</p> <p>(E) o juiz acolher alegação de coisa julgada.</p>	<p>57. O traficante Tício foi morto pela polícia em tiroteio na Favela Marujo. Nero, Goto e Duda, moradores da favela, constrangeram, mediante ameaça de morte feita através de ligação telefônica, os comerciantes José e João a fecharem os seus estabelecimentos de trabalho. Nero, Goto e Duda praticaram o crime de</p> <p>(A) frustração de direito assegurado por lei trabalhista.</p> <p>(B) atentado contra a liberdade de trabalho.</p> <p>(C) paralisação de trabalho de interesse coletivo.</p> <p>(D) atentado contra a liberdade de associação.</p> <p>(E) invasão de estabelecimentos comerciais.</p>

58. Considere:

- I. A utilização em proveito próprio de mão-de-obra, veículos e equipamentos pertencentes à Administração Pública caracteriza o delito de peculato.
- II. O ressarcimento do dano não exclui a tipicidade do crime de peculato doloso, pois, nesse crime, não importa só a lesão patrimonial, mas também a desmoralização da Administração Pública.
- III. No peculato culposo, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença extingue a punibilidade do agente.
- IV. A utilização pelo funcionário, em proveito próprio, de dinheiro que possuía em razão do cargo, com intenção de efetuar a reposição e tendo condições de fazê-lo, não caracteriza o crime de peculato.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

59. No que se refere ao crime de concussão, é certo que

- (A) para a sua caracterização não basta a ameaça genérica, sendo indispensável a promessa de mal determinado.
- (B) a exigência implícita ou velada de vantagem indevida por parte do funcionário público para deixar de autuar motorista por infração de trânsito não o caracteriza.
- (C) o funcionário público que solicita quantia em dinheiro para deixar de apreender mercadorias transportadas ilegalmente e sem nota fiscal comete esse crime.
- (D) a exigência de vantagem indevida constitui mera tentativa, pois o delito só se consuma com a efetiva percepção desta.
- (E) a exigência de vantagem indevida pode dizer respeito a benefício de ordem moral ou a qualquer outra utilidade.

60. A respeito do conceito de funcionário público para os efeitos penais, é correto que o

- (A) estudante em estágio junto à Defensoria Pública não pode ser considerado funcionário público.
- (B) empregado de autarquia ou de entidade paraestatal é equiparado ao funcionário público.
- (C) serventuário da justiça não remunerado pelos cofres públicos não pode ser considerado funcionário público.
- (D) suplente de vereador que substituiu o titular não pode ser considerado funcionário público, pela transitoriedade da função.
- (E) perito nomeado para determinado processo judicial não pode ser considerado funcionário público.